

Sandra Caldeira de Oliveira¹
Jordana da Silva Marinho¹
Alexandra Lopes de Oliveira Tostes²
Mariléia de Souza Teixeira²
Creusa Balbino Ribeiro da Fonseca³
Ediana Celina F. das Chagas Ferreira³
Izabela da Silva Soares⁴

A importância de programas especializados no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente: resumo das ações do Programa Sentinela no município de Itaboraí

The importance of specialized programs for prevention of violence against children and adolescents: actions and activities of Program Sentinela in Itaboraí, Municipality of Rio de Janeiro

RESUMO

A violência contra a infância e adolescência é uma problemática que ainda está longe de ser erradicada. Apesar da existência de inúmeras leis direcionadas à garantia de direitos de crianças e adolescentes, é indiscutível o incalculável número de vítimas da violência, principalmente no âmbito familiar. Nesse contexto, é imperiosa a necessidade de programas especializados no atendimento a crianças e adolescentes vitimizados, seja por violência intra ou extrafamiliar, como o Programa Sentinela, que consiste numa ação voltada ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência e às suas famílias. Através de intervenções interdisciplinares e intersetoriais, o programa tem como objetivo principal a reversão das situações de violência perpetradas contra a infância e a valorização de relações familiares saudáveis.

UNITERMOS

Violência; criança e adolescente; Programa Sentinela

ABSTRACT

Violence against childhood and adolescence is a problem still far from eradication. The existence of countless laws addressed to guarantee children and adolescents' rights does not avoid the incalculable number of violence victims, mainly within the family context. There is the need of specialized programs to attend children and adolescents who are victims of violence, like Program Sentinela, turned to victimized children and adolescents and their families, through an interdisciplinary intervention. The program has as its main objectives to reverse violence situations perpetrated against childhood and to value healthy family relationships.

KEY WORDS

Violence; child; adolescent; Program Sentinela

O Programa Sentinela é um programa de assistência social governamental voltado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência, intra ou extrafamiliar, nas seguintes modalidades: sexual, física, psicológica e por negligência; sendo o abuso sexual o mais notificado.

Implantado no município de Itaboraí (RJ) desde 2001, o programa já recebeu cerca de 350 casos de violência e realizou mais de 10 mil atendimentos sociais, psicológicos e educacionais.

O Sentinela representou um “divisor de águas” na história do enfrentamento da violência no município, pois anteriormente apenas o Conselho Tutelar e o Juizado da Infância e da

¹Assistentes sociais; pós-graduandas em Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes – Laboratório da Criança do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (LACRI/IP/USP).

²Educadoras.

³Psicólogas.

⁴Assistente social.

Juventude acolhiam essa demanda; não havia programas para realizar o acompanhamento psicossocial. Destarte, tais casos não eram contemplados em suas reais necessidades (proteção especial), uma vez que não se debatiam, em fóruns, conselhos nem com a própria família, todos os aspectos envolvendo a violência contra a infância e a juventude. O Sentinela propiciou um novo pensar acerca das questões sociais, psicológicas e culturais que permeiam e sustentam os ciclos de violência presentes nos lares e nas ruas.

Com uma equipe interdisciplinar e ações intersectoriais baseadas nas três modalidades de prevenção à violência (primária, secundária e terciária), o Sentinela vislumbra reduzir os índices de violência contra a criança e o adolescente em nosso município. Entre as atividades desenvolvidas estão atendimentos individuais e em grupo às famílias; visitas domiciliares e institucionais; oficinas e palestras para a rede; reuniões de equipe; participação em conselhos, comissões e fóruns. Todos os esforços primam pela articulação com a rede e pela capacitação da equipe, visando atender de forma eficiente a todas as necessidades colocadas pelas crianças e pelos adolescentes, bem como por suas famílias.

Fundamentando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) e nos planos nas esferas municipal, estadual e nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, empenhamo-nos por garantir um atendimento especializado e de qualidade. No entanto nos deparamos com dificuldades, como o silêncio da família e da comunidade no que tange à notificação dos casos de maus-tratos. Portanto, almejando colaborar para o fim do silêncio e despertar a sociedade para tal problema, realizamos uma pesquisa, por amostragem, com profissionais da área de saúde e educação do município a fim de conhecer o grau de informação que possuíam sobre a problemática.

Nas respostas obtidas (39 questionários), 56,41% dos profissionais de educação declararam conhecer o trabalho desenvolvido pelo Programa Sentinela.

Sobre quais estratégias utilizam para abordar o tema "violência no espaço escolar", 78,94% verbalizaram utilizar como técnica mais frequente a conversa informal, palestras e seminários.

Responderam que não conheciam nenhum caso de exploração sexual 97,4% dos profissionais. Quanto à notificação, 61,76% disseram comunicar a violência aos órgãos competentes e 60,86% fizeram observações acerca de alterações no comportamento da criança ou do adolescente vitimizado; os demais não responderam ou relataram não ter problemas relacionados com a violência.

Referente à relação com o Conselho Tutelar, 55,88% disseram fazer contatos quando necessário contra 44,11% que verbalizaram não contatá-lo.

Ao serem indagados se vivenciam ou vivenciaram situações de conflito com alunos, 72,22% relataram que não. Sobre atividades preventivas com os responsáveis e discussão sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, cerca de 60% afirmaram desenvolver ações direcionadas a essas questões.

Por fim, no que tange às dificuldades encontradas para lidar com as situações de violência na escola, 54,16% apontaram a ausência dos responsáveis e dos órgãos de proteção, bem como a falta de esclarecimento das pessoas; 45,83% enfocaram a violência na comunidade e na família⁽¹⁾.

Nas entrevistas (29 unidades de saúde) com os Agentes de Saúde/Programa Saúde da Família (PSF), 89,65% verbalizaram não conhecer o trabalho desenvolvido pelo Programa Sentinela. No entanto, no que tange ao Conselho Tutelar, detectamos algumas contradições: apesar de 37,93% verbalizarem que comunicam a violência ao Conselho Tutelar, 75,86% negaram se relacionar com o mesmo. A despeito de 72,41% conhecerem o Estatuto da Criança e do Adolescente e 82,75% já terem participado de capacitações, 68,96% relataram temer a notificação, principalmente por serem moradores da localidade na qual atuam. Além disso, 55,17% disseram desconhecer casos de violência nas comunidades.

Nas 28 entrevistas realizadas com os acompanhantes de crianças/adolescentes na pediatria do Hospital Municipal Leal Jr., 96,42% das pessoas também não conheciam o trabalho desenvolvido pelo Programa Sentinela.

Quanto à forma de educar os filhos, 60,71% disseram privilegiar o diálogo como melhor estratégia. No que tange à denúncia, apenas um entrevistado admitiu que já teve ciência de um

caso de violência e não denunciou; os demais 92,85% denunciariam para alguma instituição. Entretanto, ao serem indagados sobre algum caso de violência na comunidade, 85,71% responderam desconhecer.

A maioria dos entrevistados relatou conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar⁽¹⁾.

Pretendemos expandir a pesquisa para outros profissionais e a população em geral, objetivando adicionar às informações obtidas outros olhares acerca da questão da violência infanto-juvenil.

Extrapolar os “muros institucionais” é a sentença-chave para o combate à violência contra a infância e a adolescência. Isso significa articular não só com a rede no âmbito do município, mas ir além do território municipal, construindo em todos os espaços possíveis parcerias com organizações governamentais e não-governamentais, com profissionais de áreas diversas (assistentes sociais, psicólogos, professores, médicos, advogados etc.) atuantes na academia e aqueles que estão na prática interventiva. Conselhos, comissões e fóruns são os locais em que há maior possibilidade de aproximação com a população para debate e elaboração de propostas.

O contato direto e contínuo com a rede possibilita aumentar a visibilidade do fenômeno, ainda desconhecido ou mal interpretado pela população e até mesmo por muitos profissionais que lidam diretamente com a questão. Por isso são importantes atividades como palestras e oficinas

nas escolas, postos de saúde, igrejas, associações de moradores, além de capacitação especializada para os técnicos envolvidos diretamente com a problemática.

Destacamos os trabalhos desenvolvidos pela Comissão Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Criança e o Adolescente. Neles estão incluídos assuntos como a necessidade de implantação de uma casa-abrigo (devido à existência de casos que demandam abrigo temporário) e a luta por um espaço reservado de atendimento às vítimas de violência no Instituto Médico Legal (IML), o que já é uma conquista da comissão junto a esse órgão e ao poder local.

Outros assuntos são abordados, como a necessidade de capacitação dos diversos profissionais que atuam no atendimento a crianças e adolescentes, e a redução do processo de revitimização, quando a criança é submetida a vários momentos de relato da violência sofrida (Conselho Tutelar, IML, delegacia de polícia etc.). Há ainda situações como o corpo de delito e o abrigo, que reforçam o constrangimento da criança.

Dados do programa revelam aumento no número de notificações dos casos de violência. Entretanto sabemos que tais números ainda estão aquém da realidade, daí a importância de investimentos constantes em ações de divulgação sobre a temática da violência junto às comunidades e suas representações.

As figuras a seguir são referentes aos registros do Programa Sentinela desde setembro de 2001, período de sua implementação.

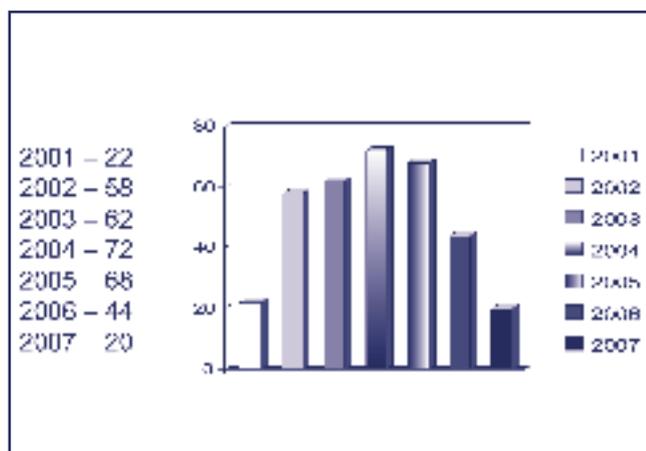


Figura 1 – Números de casos registrados até abril de 2007: 346

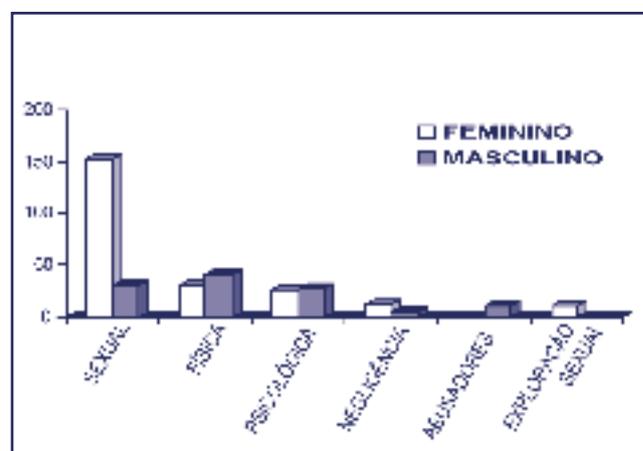


Figura 2 – Violência por sexo

